

Demonstrações Financeiras

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.494	11.971.581
Impostos a recuperar		358.506	-
Adiantamento de seguros	7	256.328	256.328
Outros ativos circulantes		716.984	258.968
		<u>1.370.312</u>	<u>12.486.877</u>
Ativo não circulante			
Ativo financeiro amortizável	6	619.361.706	6.275.355
Adiantamento de seguros	7	833.065	1.089.392
Imobilizado		93.995	17.162
Intangível		85.910	-
		<u>620.374.676</u>	<u>7.381.909</u>
Total do ativo		<u>621.744.988</u>	<u>19.868.786</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	8	57.564.286	15.097
Tributos e contribuições sociais	9	4.392.301	42.398
Outros passivos circulantes		948.990	131.872
		<u>62.905.577</u>	<u>189.367</u>
Passivo não circulante			
Outras contas a pagar - partes relacionadas		195.192	29.932
Tributos diferidos	10	57.388.329	176.218
		<u>57.583.521</u>	<u>206.150</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		537.001.000	20.001.000
Prejuízo acumulado		(35.745.110)	(527.731)
	11	<u>501.255.890</u>	<u>19.473.269</u>
Total do passivo		<u>621.744.988</u>	<u>19.868.786</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	12	486.404.249	1.370.647
Custo da operação	13	<u>(513.533.587)</u>	<u>(1.400.925)</u>
Prejuízo bruto		<u>(27.129.338)</u>	<u>(30.278)</u>
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(1.006.209)</u>	<u>(481.632)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(28.135.547)</u>	<u>(511.910)</u>
Resultado financeiro		<u>551.627</u>	<u>20.692</u>
Receita financeira	15	1.013.538	21.594
Despesa financeira	15	<u>(461.911)</u>	<u>(902)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(27.583.920)</u>	<u>(491.218)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(7.633.459)</u>	<u>(36.513)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(35.217.379)</u>	<u>(527.731)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(35.217.379)	(527.731)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(35.217.379)</u>	<u>(527.731)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 27 de abril de 2016	1.000	-	1.000
Aumento de capital conforme AGE de 26 de setembro de 2016	20.000.000	-	20.000.000
Prejuízo do período	-	(527.731)	(527.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>20.001.000</u>	<u>(527.731)</u>	<u>19.473.269</u>
Aumento de capital conforme AGE de 23 de janeiro de 2017	60.000.000	-	60.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de maio de 2017	31.000.000	-	31.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 27 de junho de 2017	45.000.000	-	45.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 03 de julho de 2017	304.000.000	-	304.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 12 de dezembro de 2017	77.000.000	-	77.000.000
Prejuízo do exercício	-	(35.217.379)	(35.217.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>537.001.000</u>	<u>(35.745.110)</u>	<u>501.255.890</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(27.583.920)	(491.218)
Itens de resultado que não afetam o caixa (Aumento) redução nos ativos operacionais		
Ativo financeiro amortizável	(613.086.351)	(6.275.355)
Impostos a recuperar	(358.506)	-
Adiantamento de seguros	256.327	(1.345.720)
Outros ativos	(458.016)	(258.968)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	57.549.189	15.097
Tributos e contribuições sociais	53.940.204	170.454
Partes relacionadas	165.260	29.932
Outros passivos	805.469	143.521
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(528.770.344)</u>	<u>(8.012.257)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado e intangível	(162.743)	(17.162)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(162.743)</u>	<u>(17.162)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	517.000.000	20.001.000
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>517.000.000</u>	<u>20.001.000</u>
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.933.087)</u>	<u>11.971.581</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>11.971.581</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>38.494</u></u>	<u><u>11.971.581</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

1. Informações gerais

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197,00 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia prevê entrar em operação em junho de 2021.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km
- (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O empreendimento já obteve as licenças prévias e de instalação e encontra-se em fase de construção.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.3. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.7. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.8. Receita operacional

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: **(i)** a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; **(ii)** toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e **(iii)** a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração de ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

3.9. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e ativo financeiro amortizável.

O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativo financeiro a valor justo por meio de resultado. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

O principal passivo financeiro reconhecido é: fornecedores - terceiros. Este passivo financeiro não é usualmente negociado antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, o passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método de juros efetivo. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

3.10. Meio ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

3.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

4.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Até a presente data, não existe entre os participantes do Setor um consenso no que diz respeito a adequada definição quanto à mensuração dos ativos financeiros da concessão, principalmente no que se refere a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão. Dessa forma, até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. Cabe ressaltar que a Companhia divulga na nota explicativa nº 17.1 os valores de custo amortizado e justo de todo o seu ativo financeiro, incluindo a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão e aquela a ser recuperável através da Receita Anual Permitida – RAP.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo do tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco	38.494	448.934
Aplicação Financeira	-	11.522.647
	<u>38.494</u>	<u>11.971.581</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

6. Ativo financeiro amortizável

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Não circulante	619.361.706	6.275.355
	<u>619.361.706</u>	<u>6.275.355</u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

7. Adiantamento de seguros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	256.328	256.328
Não circulante	833.065	1.089.392
	<u>1.089.393</u>	<u>1.345.720</u>

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Pan Seguros S.A., amortizado de acordo com a vigência da apólice, desde 23 de Junho de 2016 e vencimento em 24 de março de 2022.

Este contrato de seguro garante a indenização até o valor fixado na apólice de R\$160.109.400 pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 013/2015 - ANEEL - Processo nº 48500.000333/2015-19, exclusivamente no que se refere à construção das instalações de transmissão do sistema interligado nacional - LOTE C.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

8. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores relacionados à construção	56.982.751	-
Prestadores de serviços	47.939	15.097
Gastos ambientais e fundiários	530.136	-
Outros	3.460	-
	<u>57.564.286</u>	<u>15.097</u>

9. Tributos e contribuições sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS terceiros	1.996.535	-
ISS terceiros	1.870.214	-
IR	150.824	1.259
INSS – empregado	113.174	17.457
IRRF – empregado	113.153	11.524
CSLL	104.623	6.049
Outros	43.778	6.109
	<u>4.392.301</u>	<u>42.398</u>

10. Tributos diferidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS diferido	8.868.680	24.920
COFINS diferido	40.849.677	114.784
Imposto de renda diferido	5.639.685	26.848
Contribuição social diferida	2.030.287	9.665
	<u>57.388.329</u>	<u>176.218</u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obra (ativo financeiro amortizável da concessão).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$20.000.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$60.000.000, mediante a emissão de

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

60.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R\$31.000.000, mediante a emissão de 31.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de junho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$45.000.000, mediante a emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 03 de julho de 2017 houve aumento de capital em R\$304.000.000, mediante a emissão de 304.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 12 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$77.000.000, mediante a emissão de 77.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$537.001.000, dividido em 537.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2017 e 2016
SGBH	99,99%
<i>International Grid Holdings Limited</i>	0,01%
	100%

12. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita operacional bruta	535.982.902	1.510.351
Remuneração dos ativos de concessão	22.449.315	109.426
Receita de construção	513.533.587	1.400.925
Deduções da receita operacional	(49.578.653)	(139.704)
PIS diferido	(8.843.760)	(24.920)
COFINS diferido	(40.734.893)	(114.784)
	486.404.249	1.370.647

13. Custo da operação

	2017	2016
Custo de construção	(513.533.587)	(1.400.925)
	(513.533.587)	(1.400.925)

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços de terceiros	(460.209)	(127.051)
Arrendamentos e aluguéis	(191.833)	(4.238)
Pessoal	(133.348)	(263.556)
Encargos e benefícios	(58.954)	(69.710)
Outros	(161.865)	(17.077)
	<u>(1.006.209)</u>	<u>(481.632)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.006.196	21.594
Juros Selic	7.342	-
	<u>1.013.538</u>	<u>21.594</u>
Despesas financeiras		
Multas e juros	(165.609)	(902)
IOF	(296.302)	-
	<u>(461.911)</u>	<u>(902)</u>
	<u>551.627</u>	<u>20.692</u>

16. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferido		
Imposto de renda	(5.612.837)	(26.848)
Contribuição social	(2.020.622)	(9.665)
	<u>(7.633.459)</u>	<u>(36.513)</u>

17. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.494	11.971.581
Ativo financeiro amortizável	6	619.361.706	6.275.355
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2017	2016
Fornecedores terceiros	8	57.564.286	15.097

17.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de crédito

A Companhia não identifica risco de crédito no momento visto que está em fase pré-operacional.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração financeira
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

18. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e utilizará de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

19. Eventos Subsequentes

Debêntures

Em 23 de fevereiro de 2018, em assembleia geral extraordinária da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A., foi deliberada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária.

Em 02 de março de 2018 foi então celebrado o instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, e colocação privada da primeira emissão da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A., sendo esta Companhia, a ofertante das debêntures (emissora) e a State Grid Brazil Holding S.A., a companhia destinatária das debêntures (debenturista).

O valor total da emissão é de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda série de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Serão emitidas na primeira série: 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures; e na segunda série: 200.000 (duzentas mil) debêntures, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Esta operação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 468, datado de 28 de fevereiro de 2018.